



## PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E O REFLEXO NAS CONDIÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

Eloísa Ramos Ribeiro\*

Flávia Andreatta Calixto\*\*

### RESUMO:

Esse artigo tem como objetivo um melhor esclarecimento dos problemas urbanos brasileiros através da análise do processo de industrialização-urbanização que o país sofreu no início do séc. XIX. A intensidade com que se processou a urbanização trouxe para a cidade uma crescente vulnerabilidade agravada pela intensidade de concentração urbana. Atualmente enfrenta-se um governo cada vez mais pobre à frente de cidades cada vez mais caras. A escassez de recursos públicos traz como consequência o déficit acumulado de serviços urbanos, onde as poucas áreas que conseguem receber melhoramentos públicos não são necessariamente as que necessitam. Essa escassez de recursos públicos destinados às cidades provoca um tipo de investimento direcionado que qualifica alguns setores urbanos, e, conseqüentemente, a ampliação da diferença de preços de terrenos, de imóveis construídos e de seus aluguéis. Neste trabalho, discute-se a problemática urbana, a implantação de infra-estrutura e seu comprometimento com a qualidade de vida da população brasileira, tentando explicar como se poderia alcançar êxito na resolução dessa problemática.

**PALAVRAS CHAVE:** Processo de urbanização brasileira, condições de infra-estrutura urbana, qualidade de vida.

---

\* Docente na área de Estudos Urbanos Sócio-Econômicos III do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Estudos Superiores de Londrina.

\*\* Aluna do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Estudos Superiores de Londrina.

**ABSTRACT:**

The objective of this article is to cooperate to a better understanding of urban problems, by analysing the industrialization - urbanization process that has been going on in Brazil since the beginning of the nineteenth century. The intensity of the urbanization process has brought to cities an increasing vulnerability, worsened by the intensity of urban concentration. Nowadays the government is getting poorer and poorer, and has to run cities ever more expensive. The scarceness of public funds in the cities leads to a kind of directed investment that qualifies some urban sectors and, consequently, to an increase in the differences of prices of plots of land, building constructions, and their rent. This article discusses urban problems, the implantation of urban ground work, and its relation with life quality of Brazilian population, attempting to explain how to solve such problems.

**KEY WORD:** Brazilian urbanization process, urban groundwork conditions, life quality.

**INTRODUÇÃO:**

O processo de urbanização brasileira teve ênfase nas décadas de 70 e 80, época em que a população urbana cresceu e a população rural diminuiu, afetando a economia e o modo de vida dos brasileiros. Dessa forma, o Brasil esteve associado a maciças transferências de: i) população de áreas rurais para as urbanas; ii) recursos produtivos do setor primário para aqueles com repercussões marcadamente urbanas (secundário e terciário). O desenvolvimento econômico acelerado implicou modificações estruturais que fortaleceram o setor industrial, com profundas repercussões espaciais, tanto na organização interna das cidades como nas distribuições espacial e de tamanhos, considerado o sistema da cidade como um todo.

Segundo SANTOS (1982), a urbanização é a proporção da população concentrada em estabelecimentos urbanos ou o crescimento desta proporção. O processo de urbanização seria, portanto, a passagem de uma forma menos densa e mais espalhada de distribuição da população no espaço para uma forma concentrada em centros urbanos. O autor acredita que o processo de urbanização tem um início e um término, mas o crescimento das cidades não tem limite.

Pensando nisso, o presente ensaio tem como objetivo analisar o processo de urbanização brasileira procurando dar enfoque aos problemas decorrentes deste processo, principalmente à intensidade com que continua esse desenvolvimento.

**O processo de urbanização brasileiro e o reflexo nas condições de infra-estrutura urbana**

Desde o século XIX a urbanização dos países subdesenvolvidos vem sendo, em sentido restrito, conseqüência das relações internacionais, passando, assim, por um processo de internacionalização<sup>1</sup>. Mais especificadamente no Brasil, o fenômeno de urbanização deu-se de forma heterogênea e desequilibrada com uma industrialização interna que provocou enormes surtos migratórios nas décadas de 10, 30 e 40.



Esse processo migratório campo-cidade deu-se por pressões positivas através de melhores empregos nas cidades, e negativas ou expulsadoras do campo, tanto por um crescimento vegetativo dessas populações como por alterações na tecnologia de produção agrícola pela falta de opção do homem no campo.

A cidade é incapaz de absorver esse aumento de população e de gerar emprego suficiente na medida em que esse processo é avançado, pois o crescimento excessivo da cidade faz com que haja um crescimento do mercado urbano informal de empregos, do subemprego e do desemprego. Segundo CAMPOS (1992), agravar ainda mais essa situação, esse conjunto de fatores é empurrar o trabalhador de baixa renda para posições cada vez mais periféricas na estrutura urbana, muitas vezes não lhe restando outra possibilidade de aquisição de terrenos na zona rural.

A preocupação com o crescimento excessivo das cidades se fortaleceu no século XIX e deu origem a análises que procuravam responsabilizar o tamanho da cidade e a conseqüente densidade populacional, pelos males e distúrbios sociais em vez de procurar conhecer a lógica geral do funcionamento das sociedades que a industrialização-urbanização estava gerando. No Brasil, a partir da década de 30, foi sendo montado um quadro dos problemas urbanos, de forma mais sistematizada.

A questão do tamanho das cidades deve ser examinada a partir de uma perspectiva de agravamento dos problemas sociais, ambientais e econômicos que afetam a qualidade de vida de seus habitantes, gerando deseconomias de escala e de aglomeração. A constatação dos efeitos negativos do crescimento descontrolado das cidades e sua expansão territorial sobre o meio ambiente tem se constituído em motivo de preocupação das autoridades e lideranças locais, particularmente no caso de regiões metropolitanas.

A tabela 1.0 permite concluir que as cidades com mais de 500 mil habitantes são as que proporcionalmente apresentam maior incidência de problemas ambientais. Nesta faixa de tamanho, dos 20 assuntos tratados, 80% das cidades apresentaram incidência em 16 deles, ou seja, apesar de serem apenas 05 cidades acima de 500 mil habitantes, a maioria delas enfrentam 80% dos problemas avaliados. Esta relação cai nas cidades entre 40 e 500 mil habitantes, onde aproximadamente 45% das cidades enfrentam mais de 75% dos problemas avaliados. Se forem tomados dados isolados, destacam-se alguns problemas que atingem mais de 45% dos municípios, sendo que alguns chegam a atingir 70%, como no caso da poluição dos rios. Os outros problemas mais incidentes são, respectivamente: a) disposição final do lixo doméstico inadequada (62,2%); b) existência de esgotos não tratados (59,3%); c) dificuldades de implantação da infra-estrutura (57,5%); d) dificuldade de implantação de equipamento público (56 %); e) escassez de áreas verdes e de recreação (49,3%); f) poluição do solo por lixões (47,7%). Esta relação pode ser melhor visualizada na tabela 1.0, na seqüência.

**Tabela 1.0** - Síntese da Incidência de problemas ambientais que afetam a qualidade ambiental urbana

Fator de Degradação da Qualidade Ambiental Urbana	Estruturas Urbanas de Pequeno Porte		Estruturas Urbanas de Médio Porte		Estruturas Urbanas de Grande Porte		Total	%
	340	%	105	%	05	%		
1) Poluição mananciais de abastecimento público	56	16	47	44,7	03	60	106	23,5
2) Poluição dos Rios	219	64,1	90	85,7	05	100	314	69,7
3) Poluição dos Lagos	20	5,8	12	11,4	04	80	36	8
4) Poluição de águas subterrâneas	38	11,1	28	26,6	03	60	69	15,3
5) Coleta de lixo domiciliar inadequada	127	37,5	40	38,0	04	80	171	38
6) Disp. final de lixo dom. inadequada	201	51,1	75	71,4	04	80	280	62,2
7) Existência de esgotos não coletados	129	37,9	52	49,5	04	80	185	41,1
8) Existência de esgotos não tratados	181	53,2	81	77,1	05	100	267	59,3
9) Exist. de erosão/assor. por loteamentos	99	29,1	60	57,1	05	100	164	36,4
10) Poluição do solo por lixões	186	54,1	28	26,6	01	20	215	47,7
11) Ocup. áreas c/risco de deslizamentos	35	10,2	37	35,2	05	100	77	17,1
12) Ocup. áreas c/risco de enchenetes	61	17,9	51	48,5	05	100	117	26
13) Escassez de áreas verdes/recreação	152	44,7	66	62,8	04	80	222	49,3
14) Falta de arborização nas ruas	124	36,4	71	67,6	03	60	198	44
15) Exist. áreas urbanas degradadas	89	26,1	65	61,9	04	80	158	35,1
16) Dific. implantação de infraestrutura	182	63,5	73	69,5	04	80	259	57,5
17) Dific. implantação de equip públicos	175	51,4	72	68,5	05	100	252	56
18) Especulação imobiliária	79	23,2	63	60,0	04	80	146	32,4
19) Invasões de terras públicas	45	13,2	49	46,6	05	100	99	22
20) Existência de favelas	59	17,3	52	49,5	05	100	116	25,7

**Fonte:**RIBEIRO, E.R. (1998) **Legenda:** 1 a 12: afetam diretamente a qualidade ambiental urbana - 13 a 20: afetam indiretamente a qualidade ambiental urbana

O conhecimento disponível permite inferir que todos os indicadores de saúde

e ambientais são piores nas maiores concentrações urbanas e particularmente severos nas regiões metropolitanas. Para CAMPOS (1992), esse quadro pode ser explicado por uma série de fatores como:

- dificuldades técnicas e financeiras de expandir as redes de serviço de saneamento para as periferias urbanas cujo crescimento não planejado acelerou a deterioração e obsolescência dos equipamentos e serviços;
- ausência de políticas de transportes urbanos que reduzam os impactos ambientais mediante a priorização do transporte coletivo e do uso de fontes energéticas renováveis;
- problemas gerados pela baixa capacidade de gestão urbana e ambiental;
- dificuldades enfrentadas pelas cidades para financiar a previsão de serviços de infra-estrutura.

Segundo FAISSOL, o sistema urbano é definido pelo critério de que uma cidade é a sede/capital de um município, qualquer que seja o seu tamanho. Sabe-se portanto, que o sistema urbano contém pouco menos de 4 mil cidades onde a concentração da população/produção de consumo reflete o tamanho da cidade.

A tabela 1.1 que se segue fornece uma visão global do sistema das cidades, através da distribuição dos centros urbanos por classes de tamanhos, considerados com população acima de 20 mil habitantes nos anos de 1950, 1960 e 1970. O conjunto passou de 85 em 1960, para 270 em 1970. Observa-se, a partir de 1960, um reforço na classe de centros urbanos com população entre 100 e 500 mil habitantes. O que importa considerar, no caso brasileiro, é que a evolução na distribuição de tamanhos evidencia: i) a crescente relevância adquirida pelos centros urbanos de porte médio (genericamente de 50 a 250 mil habitantes, mais especialmente na classe de 100 a 250 mil habitantes); ii) o fato desses centros apresentarem elevado dinamismo na geração de emprego e de valor de transformação no setor industrial.

**Tabela 1.1** - Brasil, sistema de cidades: distribuição de centros urbanos por classes de tamanho anos 1950, 1960, 1970

Classe de tamanho (mil habitantes)	1950		1960		1970	
	N°	%	N°	%	N°	%
20 - 50	57	67,1	150	73,2	175	64
50 - 100	17	20,0	28	13,7	51	19,0
100 - 500	8	9,4	21	10,1	33	12,2
500 - 2000	1	1,2	4	2,0	9	3,3
2000 e mais	2	2,3	2	1,0	2	0,7
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>100,0</b>	<b>205</b>	<b>100,0</b>	<b>270</b>	<b>100,0</b>

Fonte: adaptado de Faissol (1994)

O processo de crescimento das cidades, apoiado nos fatores de industrialização

rápida, provocadora de uma escassez de recursos a serem investidos nas cidades com concentração de renda social e também espacial, propicia a elevação dos preços dos terrenos. Avoluma-se, portanto, cada vez mais nas cidades brasileiras a especulação imobiliária, sendo que os proprietários dos terrenos vazios nada precisam investir em melhorias urbanas, só aguardar o crescimento da cidade, dos investimentos públicos e dos demais proprietários, para que os terrenos sejam valorizados.

A concentração de renda em poucas parcelas da população provocou uma concentração espacial, em algumas partes da cidade, especialmente naquelas mais centrais. Conjuntamente à concentração de renda, e dela decorrente, ocorreu um supercrescimento das cidades, tanto vertical como horizontal. O preço cada vez mais alto da terra urbana fez com que empresários imobiliários, para diminuí-lo, buscassem cada vez mais a redução da cota-parte dos terrenos, ou seja, fez com que os edifícios subissem em altura, arranhando cada vez mais os céus urbanos brasileiros. Segundo FAISSOL (1994), "a superverticalização, quando não contida por lei de zoneamento e gabaritos máximos, provoca a saturação e o congestionamento dos serviços urbanos da área, exigindo a substituição por outros de maior capacidade".

Em decorrência desse processo de contínua substituição de infra-estrutura de serviços urbanos nas áreas centrais das cidades, estas permanecem em constante estado de obras, abrindo-se e fechando-se valetas nas ruas a cada nova ampliação de redes de serviços, o que perturba o funcionamento das atividades urbanas e o sossego dos habitantes. A correlação de forças políticas, claramente favorável às classes alta e média, faz canalizar os escassos recursos públicos disponíveis para investimentos urbanos, para esse contínuo reciclamento das áreas já servidas de infra-estrutura, pouco sobrando para a ampliação da oferta de novas áreas urbanizadas nas periferias da cidade, e também para suprimento da precariedade das condições das áreas já urbanizadas.

A problemática urbana reside no conjunto de fatores interligados - superverticalização, exigência de substituição de infra-estrutura, escassez de recursos públicos com aumento na demanda de serviços públicos - que eleva os custos da terra e provoca o círculo vicioso, isto é, um processo de fatores cumulativos que, sem controle, levam à insolvência urbana.

A escassez de recursos públicos, destinados às cidades ao longo de décadas, vem acumulando um brutal déficit na oferta da infra-estrutura e de serviços urbanos, e nas poucas áreas que recebem esses melhoramentos públicos. No Brasil, em geral, as áreas do anel central são supervalorizadas pela enorme diferença de qualidade que oferecem face às áreas periféricas. Essa escassez de recursos públicos destinados às cidades provoca assim a exarcebação, a ampliação da renda diferencial imobiliária, traduzida na ampliação da diferença de preços de terrenos, de imóveis construídos e de seus aluguéis.

Os bairros verticais, por seu custo e localização na estrutura urbana, são destinados às classes média-alta e rica, que tem suficiente poder aquisitivo. Isso faz com que o município atuante, já apavorado pelo crescimento acelerado de suas populações urbanas, adote políticas restritivas ao crescimento populacional de baixa renda, adotando medidas de forma a dificultar a entrada do migrante pobre na cidade. O município, portanto, procura desenvolver dois mecanismos básicos: o loteamento com

a formação de conjuntos habitacionais na periferia da cidade ou o encaminhamento a municípios vizinhos de famílias que tentam se estabelecer, de forma clandestina, em favelas ou loteamentos irregulares.

### Considerações finais

Uma mudança essencial para resolver os problemas urbanos seria voltar a economia para o mercado interno de massa, sabendo que toda política intra-urbana que se queira implantar no Brasil não pode deixar de levar em conta a realidade de milhões de cidadãos que já se encontram em situação subumano nas cidades brasileiras e que, por isso, necessitam de um atendimento imediato.

Nesse contexto, amplo e global, as políticas fundiárias a serem desenvolvidas articulam-se com a reformulação do modelo capitalista selvagem. Nessa reformulação, o essencial é fazer com que o perfil da estrutura produtiva nacional, tanto agrícola e rural como industrial e urbana, volte-se para o mercado interno. Este, para crescer, exige uma melhor redistribuição de renda e, especialmente para isso, maciços investimentos urbanos em habitação, infra-estrutura e serviços sociais. O investimento maciço nesses setores de economia significará basicamente o desenvolvimento da indústria da construção civil, promovendo o surgimento de uma enorme massa de empregos. Também serviços urbanos de infra-estrutura, por essa política, serão priorizados, especialmente, o de transportes urbanos. Outros setores a serem desenvolvidos são os serviços urbanos sociais, especialmente os de educação, saúde, lazer e esporte. O redirecionamento da economia brasileira para o mercado interno que, para ser grande, terá sempre que ser constituído de bens populares, relacionando-se, assim, com as políticas fundiárias rural e urbana, antiespeculativas.

Enquanto a sociedade não se organizar, com suficiente força política, para exigir de seus representantes que desenvolvam uma ação do Estado, ao mesmo tempo planejada e democrática, não isolada, apresentada como fator do governo, as cidades não se humanizarão. Por isso, as questões cruciais são, de um lado, a tomada de consciência por aqueles que reivindicam por melhorias urbanas, e de outro, a atuação do Estado de forma a atingir um novo nível de organização política, modificando pouco a pouco a lógica geral de produção, apropriação e consumo do espaço urbano.

---

<sup>1</sup> As Relações Internacionais - internacionalização é um processo mais específico do fim do século XIX até meados do século XX, e atingiu seu apogeu atualmente. Naquela época (1800) não se atribuíam estes efeitos às relações internacionais.



## Bibliografia

- CAMPOS, Malta Cândido. **Cidades Brasileiras: Seu Controle ou o Caos - o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil.** SP: Nobel, 1992, 2-ed., 141p.
- FAISSOL, Speridião. **O Espaço, Território, Sociedade e Desenvolvimento Brasileiro.** Rio de Janeiro: IBGE, 1994. (item 2.1 e 2.2)
- JOSEF, Barat. **Introdução aos Problemas Urbanos Brasileiros.** Rio de Janeiro: Campus, 1987, 231p.
- RIBEIRO, E. R. (1998). **Avaliação de impactos ambientais em assentamentos urbanos de interesse social: estudo da viabilidade de ampliação de matrizes de interação.** Universidade Federal de São Carlos. Dissertação de Mestrado
- SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a urbanização Latino-Americana.** SP: Hucitec, 1982, 256p.